



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO NO EXERCÍCIO DE 2010

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 do Banco ABC BRASIL S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

Somos um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte. Possuímos uma das mais diversificadas carteiras de clientes entre os bancos médios, que abrange empresas de médio a grande porte. Contamos com um amplo portfólio de produtos, ágil processo decisório e profunda expertise na análise de crédito, o que nos tem possibilitado auferir resultados consistentes com índices de perda notadamente baixos. Somos um dos únicos bancos brasileiros de porte médio a contar com controle internacional e autonomia local.

Construímos nos últimos 21 anos uma base de clientes sólida, oferecendo a eles produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas. Dessa maneira, acreditamos estar aptos a concorrer, com vantagens expressivas, no nicho de mercado em que atuamos.

O suporte operacional e financeiro do nosso acionista controlador, Arab Banking Corporation, em conjunto com o nosso conhecimento do mercado brasileiro nos garante alta classificação de risco entre os bancos médios de capital aberto conferida pela Moody's Investors Services, equivalente a "Aa1.br" na escala nacional e "Baa.3" em escala global e pela Fitch Ratings, Inc, equivalente a "AA-" na escala nacional e "BB+" em escala global, ambos com perspectiva estável.

O Banco ABC BRASIL S.A. está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária em 31 de dezembro de 2010 era a seguinte: ABC (BSC): 56,0%; Mercado: 33,1%; Administradores: 9,4%; Colaboradores: 0,6% e Tesouraria: 0,9%.

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 202,2 milhões no ano de 2010 (R\$ 1,50 por ação), um crescimento de 33,8% em relação ao ano anterior (R\$ 151,1 milhões). Em relação ao lucro líquido publicado no ano anterior (R\$149,9 milhões) esse aumento foi de 42,4% excluindo o efeito de anistia fiscal e venda de participação na CETIP no ano de 2009. Esse aumento decorreu principalmente do aumento da carteira de crédito e do aumento das receitas de prestação de serviços no período. A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio (ROAE) foi de 15,0% no ano de 2010 comparada a 12,9% em 2009.

O resultado operacional consolidado registrado no ano de 2010 foi de R\$ 348,5 milhões (R\$ 217,7 milhões em 2009). O crescimento no resultado operacional reflete os ganhos de escala e o desempenho consistente das carteiras de crédito no banco. A margem financeira (resultado bruto da intermediação financeira) e as receitas com prestação de serviços atingiram respectivamente R\$ 422,3 milhões e R\$ 108,1 milhões no ano (respectivamente, R\$ 357,2 milhões e R\$ 59,6 milhões em 2009).

Em relação ao exercício de 2010, foi destinado aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R\$ 72,6 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,54 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 11.588,4 milhões no final de 2010 (R\$ 8.509,2 ao final de 2009). A carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 97,9% (95,9% no final de 2009). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 1,62% do total da carteira ao final de 2010 (2,25% ao final de 2009).



BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | Banco | | Consolidado | |
|--|-------|-----------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Circulante | | 6.563.398 | 5.221.670 | 6.604.537 | 5.234.434 |
| Disponibilidades | | 21.529 | 8.031 | 21.529 | 8.031 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 4 | 878.837 | 508.103 | 878.837 | 508.103 |
| Aplicações no mercado aberto | | 552.480 | 111.000 | 552.480 | 111.000 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 326.357 | 397.103 | 326.357 | 397.103 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 5 | 865.759 | 917.523 | 915.231 | 922.614 |
| Carteira própria | | 626.996 | 782.278 | 676.468 | 787.369 |
| Vinculados a prestação de garantias | | 146.904 | 108.834 | 146.904 | 108.834 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 91.859 | 26.411 | 91.859 | 26.411 |
| Relações interfinanceiras | 6 | 80.859 | 68.047 | 80.859 | 68.047 |
| Repasses interfinanceiros | | 32.195 | 28.435 | 32.195 | 28.435 |
| Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central | | 48.664 | 39.612 | 48.664 | 39.612 |
| Operações de crédito | | 4.082.746 | 3.171.722 | 4.082.746 | 3.171.722 |
| Operações de crédito - setor público | 7 | 1.669 | 1.748 | 1.669 | 1.748 |
| Operações de crédito - setor privado | 7 | 4.146.919 | 3.243.943 | 4.146.919 | 3.243.943 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | 8 | (65.842) | (73.969) | (65.842) | (73.969) |
| Outros créditos | | 631.113 | 540.842 | 622.780 | 548.515 |
| Créditos por avais e fianças honradas | | - | 395 | - | 395 |
| Carteira de câmbio | 9.a | 470.574 | 422.074 | 470.575 | 422.074 |
| Rendas a receber | | 5.682 | 4.953 | 5.682 | 4.953 |
| Negociação e intermediação de valores | 9.b | 21.035 | 10.523 | 21.035 | 10.523 |
| Diversos | 9.c | 147.625 | 113.360 | 139.290 | 121.033 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 8 | (13.983) | (10.463) | (13.983) | (10.463) |
| Outros valores e bens | | 2.555 | 7.402 | 2.555 | 7.402 |
| Outros valores e bens | | 2.480 | 5.321 | 2.480 | 5.321 |
| Despesas antecipadas | 10 | 75 | 2.081 | 75 | 2.081 |
| Realizável a longo prazo | | 3.108.804 | 2.107.832 | 3.193.621 | 2.124.660 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 4 | 6.964 | - | 6.964 | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 6.964 | - | 6.964 | - |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 5 | 110.781 | 101.821 | 178.937 | 117.037 |
| Carteira própria | | 83.839 | 100.995 | 151.995 | 116.211 |
| Vinculados a prestação de garantias | | 18.127 | - | 18.127 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 8.815 | 826 | 8.815 | 826 |
| Operações de crédito | | 2.957.861 | 1.926.927 | 2.957.861 | 1.926.927 |
| Operações de crédito - setor público | 7 | 834 | 2.614 | 834 | 2.614 |
| Operações de crédito - setor privado | 7 | 2.991.836 | 1.957.029 | 2.991.836 | 1.957.029 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | 8 | (34.809) | (32.716) | (34.809) | (32.716) |
| Outros créditos | | 31.762 | 73.619 | 48.423 | 75.231 |
| Rendas a receber | | 795 | 562 | 795 | 562 |
| Diversos | 9.c | 40.275 | 83.098 | 56.936 | 84.710 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 8 | (9.308) | (10.041) | (9.308) | (10.041) |
| Outros valores e bens | | 1.436 | 5.465 | 1.436 | 5.465 |
| Investimentos temporários | | 1.436 | 1.436 | 1.436 | 1.436 |
| Despesas antecipadas | 10 | - | 4.029 | - | 4.029 |
| Permanente | | 135.236 | 46.949 | 18.730 | 18.130 |
| Investimentos | | 119.304 | 31.702 | 412 | 406 |
| Participações em controladas - no País | 11 | 118.910 | 31.313 | - | - |
| Outros investimentos | | 394 | 389 | 412 | 406 |
| Imobilizado de uso | 14 | 11.126 | 10.679 | 13.512 | 13.156 |
| Outras imobilizações de uso | | 17.335 | 15.246 | 21.350 | 19.261 |
| Depreciações acumuladas | | (6.209) | (4.567) | (7.838) | (6.105) |
| Diferido | 14 | 890 | 1.439 | 890 | 1.439 |
| Gastos de organização e expansão | | 4.390 | 4.390 | 4.390 | 4.390 |
| Amortizações acumuladas | | (3.500) | (2.951) | (3.500) | (2.951) |
| Intangível | 14 | 3.916 | 3.129 | 3.916 | 3.129 |
| Ativos intangíveis | | 8.424 | 6.361 | 8.424 | 6.361 |
| Amortizações acumuladas | | (4.508) | (3.232) | (4.508) | (3.232) |
| Total do Ativo | | 9.807.438 | 7.376.451 | 9.816.888 | 7.377.224 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010 (em milhares de reais)

| | Reservas de lucros | | | | Ajustes de avaliação patrimonial (5.594) | Lucros acumulados | Ações em tesouraria (6.889) | Total |
|--|--------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------|--|-------------------|-----------------------------|-----------|
| | Reserva legal | Reserva de dividendos | Reserva de recompra de ações | Reserva de lucros | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado) | 1.004.400 | 671 | - | - | - | - | - | 1.130.312 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos | - | - | - | - | 5.715 | - | - | 5.715 |
| Aquisição de ações próprias | - | - | - | - | - | - | (169) | (169) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 151.154 | - | 151.154 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | (68.571) | - | (68.571) |
| Destinação - Reserva legal | - | - | - | - | - | (7.557) | - | (7.557) |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | - | (75.026) | - | (75.026) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 1.004.400 | 671 | - | - | 121 | - | (6.858) | 1.218.441 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos | - | - | - | - | (144) | - | - | (144) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 202.224 | - | 202.224 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | (72.603) | - | (72.603) |
| Destinação - Reserva legal | - | - | - | - | - | (10.111) | - | (10.111) |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | - | (119.510) | - | (119.510) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 1.004.400 | 671 | - | - | (23) | - | (6.858) | 1.347.918 |
| Saldos em 30 de junho de 2010 | 1.004.400 | 671 | - | - | (57) | 55.948 | (6.858) | 1.279.066 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos | - | - | - | - | 34 | - | - | 34 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | 105.120 | - | 105.120 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | (36.302) | - | (36.302) |
| Destinação - Reserva legal | - | - | - | - | - | (5.256) | - | (5.256) |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | - | (119.510) | - | (119.510) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 1.004.400 | 671 | - | - | (23) | - | (6.858) | 1.347.918 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

| | Banco | | | Consolidado | | |
|--|------------------|----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|
| | 2º semestre 2010 | Exercício 2010 | Exercício 2009 | 2010 | Exercício 2010 | Exercício 2009 |
| Apuração do valor adicionado | | | | | | |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 221.944 | 411.048 | 354.841 | 422.335 | 357.184 | 357.184 |
| Receitas de prestação de serviços (nota 19) | 57.500 | 108.148 | 59.652 | 108.148 | 59.652 | 59.652 |
| Outras despesas administrativas (nota 20) | (29.795) | (57.667) | (55.195) | (57.716) | (55.234) | (55.234) |
| Outras receitas operacionais (nota 21) | 5.226 | 12.212 | 67.319 | 13.130 | 78.067 | 78.067 |
| Outras despesas operacionais (nota 22) | (11.813) | (11.860) | (132.670) | (11.205) | (138.867) | (138.867) |
| Resultado não operacional | (253) | (2.426) | (3.309) | (2,426) | (3,309) | (3,309) |
| Valor adicionado | 242.809 | 459,455 | 290,638 | 472,266 | 297,493 | 297,493 |
| Resultado de participação em controladas (nota 11) | 4.330 | 7.598 | 4.584 | - | - | - |
| Valor adicionado a distribuir | 247.139 | 467,053 | 295,222 | 472,266 | 297,493 | 297,493 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | | | |
| Remuneração do trabalho | 75.138 | 142,387 | 106,876 | 142,670 | 107,163 | 107,163 |
| Salários e ordenados | 31,752 | 60,019 | 50,485 | 60,265 | 50,723 | 50,723 |
| Benefícios, encargos sociais e treinamento (exceto INSS) | 9,178 | 17,267 | 14,327 | 17,304 | 14,376 | 14,376 |
| Participação nos lucros | 34,208 | 65,101 | 42,064 | 65,101 | 42,064 | 42,064 |
| Remuneração dos governos | 66,881 | 122,442 | 37,192 | 122,372 | 39,176 | 39,176 |
| Previdência social - INSS | 7,662 | 14,440 | 12,757 | 14,501 | 12,812 | 12,812 |
| Despesas tributárias (exceto IR e CSSL) | 17,380 | 33,781 | 5,146 | 34,160 | 5,210 | 5,210 |
| Imposto de renda e contribuição social (nota 23) | 41,839 | 74,221 | 19,289 | 78,711 | 21,154 | 21,154 |
| Remuneração dos acionistas | 105,120 | 202,224 | 151,154 | 202,224 | 151,154 | 151,154 |
| Juros sobre o capital próprio (nota 26.b) | 36,302 | 72,603 | 68,571 | 72,603 | 68,571 | 68,571 |
| Lucros retidos | 68,818 | 129,621 | 82,583 | 129,621 | 82,583 | 82,583 |
| Valor distribuído | 247,139 | 467,053 | 295,222 | 472,266 | 297,493 | 297,493 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: **1)** os gestores das diversas áreas; **2)** a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e **3)** as auditorias internas e externas. Estas últimas monitoram as áreas operacionais, de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

3) Risco de Mercado e Liquidez: A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida pela Administração, utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

O Comitê Financeiro tem autorização da Administração para gerir estes riscos em seu nome. A Tesouraria executa as decisões deste comitê e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descausamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria, a membros do Comitê Financeiro e ao acionista controlador, além de elaborar relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

4) Risco de Crédito: O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar duas estruturas independentes para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecendo limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito para os clientes em geral e do Comitê Financeiro para os do setor financeiro, até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atribuída das Áreas de Crédito - Corporata e Middle-Market - no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte das Áreas Operacionais para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco do Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

5) Risco de Conformidade: É de responsabilidade da Área de Compliance verificar o cumprimento das normas internas e das exigências dos legisladores e reguladores, além de garantir o bom funcionamento do sistema de controles internos. Adicionalmente, avalia e monitora a exposição do banco às práticas de lavagem de dinheiro, apoiando as Áreas de Negócios, que devem documentar e comprovar o conhecimento que têm sobre os clientes.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2011

A ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo **ARAB BANKING CORPORATION** que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 13).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação: As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil e normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2010, corresponde a aproximadamente 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 31 de janeiro de 2011. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados. A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisão inerente ao processo de sua determinação. **II. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Critérios de avaliação dos ativos: As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadraram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta de ajuste do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Instrumentos financeiros derivativos: são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos; As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício; As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa; As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar diferencial esse apropriado como receita ou despesa; As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os reserimentos da Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias do vencimento. **c) Critérios de avaliação dos passivos:** As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. **d) Hedge Accounting:** Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de Instrumentos de Dívida Subordinada de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção parcial (hedge de valor justo) dos valores do principal captados. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para hedge é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de hedge atribuído ao risco que é "hedgiado" é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de hedge vende ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de hedge não se enquadra nas condições de hedge accounting, a relação de hedge é terminada. Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de hedge como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros Derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo "hedgiado" durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captura do objeto de proteção são divulgados na nota 18, c e 5, b respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (nota 5 b). **e) Classificação dos ativos e passivos circulantes e de longo prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. **f) Apuração das receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão edulcoração. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. **i) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15% sobre os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e despesas temporariamente indedutíveis, foram computados utilizando as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acima mencionadas. De acordo com a Lei 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei 11.638/07 pelos artigos 36 e 37 da referida Lei 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício em 31 de dezembro de 2007 (nota 23).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

| | 31/12/2010 | | 31/12/2009 | | |
|--|------------------|------------------------------------|------------------------|--|--|
| | Disponibilidades | Aplicações financeiras de liquidez | Operações de overnight | Outras operações com vencimentos até 90 dias | Saldo de caixa e equivalentes de caixa |
| | 21.529 | 457.481 | 94.455 | 363.026 | 479.010 |
| | 8.031 | 310.032 | 199.032 | 111.000 | 318.063 |

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até março de 2012.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários: A classificação dos títulos, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é demonstrada como segue:

| | 2010 | | 2009 | | Consolidado Mercado |
|---|---------|---------|---------|---------|---------------------|
| | Custo | Mercado | Custo | Mercado | |
| Títulos para negociação | | | | | |
| Títulos no exterior | - | - | - | - | 176.380 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 15.690 | 15.689 | 29.022 | 29.021 | 16.600 |
| Eurobônus | 11.627 | 11.961 | 11.627 | 11.961 | 15.032 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B" | 5.954 | 5.973 | 5.954 | 5.973 | 5.618 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" | 42.136 | 41.101 | 42.136 | 41.101 | - |
| Ações de Cias. abertas | 313 | 315 | 313 | 315 | - |
| Subtotal - Títulos para negociação | 75.720 | 75.039 | 89.052 | 88.371 | 213.630 |
| Títulos disponíveis para venda | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional | - | - | - | - | 546.818 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 618.137 | 618.102 | 623.390 | 623.356 | - |
| Certificado de Depósitos Bancários | 21.305 | 21.305 | 120.347 | 120.347 | 104.717 |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios | 16.684 | 16.684 | 16.684 | 16.684 | 36.572 |
| Debêntures | 75.700 | 75.741 | 75.700 | 75.741 | 61.275 |
| Eurobônus | 8.843 | 8.798 | 8.843 | 8.798 | 28.863 |
| Nota Promissória | 60.197 | 60.197 | 60.197 | 60.197 | - |
| Ações de Cias. abertas | - | - | - | - | 232 |
| Subtotal - Títulos disponíveis para venda | 800.866 | 800.827 | 905.161 | 905.123 | 798.784 |
| Total | 876.586 | 875.866 | 994.213 | 993.494 | 1.012.414 |

Em 31 de dezembro de 2010, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda líquida de R\$ 38 (R\$ 202 de ganho líquido em 2009), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 23 (R\$ 121 em 2009). A composição da carteira em 31 de dezembro de 2010, considerando o prazo de vencimento ou possibilidade de alienação dos títulos, é demonstrada como segue:

| | 2010 | | 2009 | | Consolidado Mercado |
|---|-----------|----------------|----------------|-----------------|---------------------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | |
| Títulos para negociação | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | - | 15.689 |
| Eurobônus | - | - | - | - | 11.961 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B" | - | - | - | - | 5.973 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" | - | - | - | - | 41.101 |
| Ações de Cias. abertas | 315 | - | - | - | 315 |
| Subtotal - Títulos para negociação | 315 | - | - | - | 315 |
| Títulos disponíveis para venda | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | - | 618.102 |
| Certificado de Depósitos Bancários | - | - | - | - | 21.305 |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios | - | - | - | - | 16.684 |
| Debêntures | - | - | - | - | 3.878 |
| Eurobônus | - | - | - | - | 53.807 |
| Nota Promissória | - | - | 60.197 | - | 4.202 |
| Subtotal - Títulos disponíveis para venda | - | - | 60.197 | - | 18.056 |
| Total - 2010 | 315 | - | 60.197 | - | 800.827 |
| Total - 2009 | 504.818 | 8.038 | 164.628 | 181.471 | 993.494 |

| | 2010 | | 2009 | | Acima de 3 anos | Total |
|---|-----------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | | |
| Títulos para negociação | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | - | 15.689 | 15.689 |
| Eurobônus | - | - | - | - | 11.961 | 11.961 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B" | - | - | - | - | 5.973 | 5.973 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" | - | - | - | - | 41.101 | 41.101 |
| Ações de Cias. abertas | 315 | - | - | - | 315 | 315 |
| Subtotal - Títulos para negociação | 315 | - | - | - | 315 | 315 |
| Títulos disponíveis para venda | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | - | 618.102 | 618.102 |
| Certificado de Depósitos Bancários | - | - | - | - | 21.305 | 21.305 |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios | - | - | - | - | 16.684 | 16.684 |
| Debêntures | - | - | - | - | 3.878 | 3.878 |
| Eurobônus | - | - | - | - | 53.807 | 53.807 |
| Nota Promissória | - | - | 60.197 | - | 4.202 | 4.596 |
| Subtotal - Títulos disponíveis para venda | - | - | 60.197 | - | 18.056 | 18.056 |
| Total - 2010 | 315 | - | 60.197 | - | 800.827 | 800.827 |
| Total - 2009 | 504.818 | 8.038 | 164.628 | 181.471 | 993.494 | 1.012.414 |

Para garantia de operações com derivativos, o Banco vinculou títulos públicos junto a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa, no montante de R\$ 165.031 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 108.834 em 2009).

b) Instrumentos financeiros derivativos: O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições de não-negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por Área independente das Áreas operacionais e são diariamente reportados à alta administração. A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica para períodos de um dia e nível de confiança de 99%. Operações de derivativos compõe limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revisadas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. Devem apresentar consistência com as atividades e necessidades do cliente e, por esse motivo, o Banco não participa em operações de "Target Forward". Veja também outras informações sobre gestão de riscos no relatório da administração. As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa ou na Câmara de Custódia e Liquidação - Ccelp e na Bolsa de Valores de Chicago. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizados estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado: - Futuros: cotações em Bolsas; - Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos; - Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; - Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente,

conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

| | 2010 | | | 2009 | | |
|---|---------------------------------|---|------------------|---------------------------------|---|------------------|
| | Valor referencial dos contratos | Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago) | Valor de mercado | Valor referencial dos contratos | Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago) | Valor de mercado |
| Derivativos mantidos para negociação | | | | | | |
| Contratos de futuros | 3.503.460 | - | - | 2.995.627 | - | - |
| Compromisso de compra Mercado interfinanceiro | 1.411.563 | - | - | 1.077.830 | - | - |
| Moeda estrangeira | 1.316.665 | - | - | 636.634 | - | - |
| Compromisso de venda Mercado interfinanceiro | 94.898 | - | - | 441.196 | - | - |
| Moeda estrangeira | 2.091.897 | - | - | 1.917.797 | - | - |
| Moeda estrangeira | 1.355.694 | - | - | 1.267.977 | - | - |
| Moeda estrangeira | 736.203 | - | - | 649.820 | - | - |
| Posição ativa | 1.097.923 | 106.781 | 100.674 | 472.693 | 26.402 | 27.237 |
| Contratos de "Swap" | 615.516 | 2.174 | 16.973 | 82.102 | 1.199 | 1.544 |
| Moeda estrangeira | 513.419 | 2.177 | 13.965 | 17.829 | 856 | 873 |
| Moeda estrangeira | 14.680 | 97 | 182 | 6.974 | 7 | 96 |
| Prefixo | 63.295 | (102) | 2.139 | 52.299 | 333 | 549 |
| Outros | 24.122 | 2 | 687 | 5.000 | 3 | 26 |
| Contratos de opções | 71.949 | 60 | 1.568 | 46.160 | 2.237 | 2.727 |
| Compromisso de compra | 53.902 | (123) | 661 | 46.160 | 2.237 | 2.727 |
| Ações | 40.498 | 216 | 579 | 285 | 125 | 121 |
| Ativos financeiros | 13.904 | (339) | 82 | 45.875 | 2.112 | 2.606 |
| Compromisso de venda | 18.047 | 183 | 907 | - | - | - |
| Ativos financeiros | 18.047 | 183 | 907 | - | - | - |
| Outros instrumentos financeiros | 410.458 | 104.547 | 82.133 | 344.431 | 22.966 | 22.966 |
| Compra e venda de moeda a termo (NDF) | 304.117 | 12.990 | 17.048 | 332.871 | 5.427 | 5.427 |
| Operações a termo | 106.341 | 91.557 | 65.085 | 11.560 | 17.539 | 17.539 |
| Posição passiva | 678.215 | 45.853 | (82.191) | 222.607 | (22.520) | (23.316) |
| Contratos de "Swap" | 87.840 | (2.610) | (3.286) | 52.104 | (429) | (623) |
| Moeda estrangeira | 9.983 | (8) | (244) | - | - | - |
| Moeda estrangeira | 64.711 | (2.608) | (2.986) | 3.000 | (3) | (1) |
| Prefixo | 13.146 | 6 | (56) | 20.104 | 150 | (293) |
| Outros | - | - | - | 29.000 | (576) | (329) |
| Contratos de opções | 255.569 | 934 | (6.358) | 44.899 | (2.256) | (2.858) |
| Compromisso de compra | 139.658 | 1.603 | (5.780) | 44.899 | (2.256) | (2.858) |
| Ativos financeiros | 139.658 | 1.603 | (5.780) | 44.899 | (2.256) | (2.858) |
| Compromisso de venda | 115.911 | (669) | (578) | - | - | - |
| Ativos financeiros | 115.911 | (669) | (578) | - | - | - |
| Outros instrumentos financeiros | 334.806 | 47.529 | (72.547) | 125.604 | (19.835) | (19.835) |
| Compra e venda de moeda a termo (NDF) | 301.050 | (10.436) | (14.100) | 114.015 | (2.901) | (2.901) |
| Operações a termo | 33.756 | 57.965 | (58.447) | 11.589 | (16.934) | (16.934) |

| | Banco e consolidado | | | |
|---|---------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Valor referencial dos contratos | Valor de curva | Valor de mercado | Ajuste a mercado |
| Derivativos usados como "Hedge" de valor justo | | | | |
| Instrumento de "hedge" | | | | |
| Contratos de "Swap" | 333.976 | (6.418) | (15.804) | (9.386) |
| Moeda estrangeira - Dólar | 333.9 | | | |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

| | Banco e consolidado | | | | | | |
|---|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|-------------------|
| | 2010 | | | | | | |
| | A vencer | | | | | | Vencidas a partir |
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 3 Anos | Acima de 3 anos | Total |
| Operações de crédito | 664.641 | 894.271 | 1.046.983 | 1.535.554 | 2.433.588 | 559.082 | 7.141.258 |
| Outros créditos | 39.086 | 108.558 | 195.412 | 121.689 | 13.234 | 4.979 | 488.196 |
| Subtotal - Operações de crédito e outros créditos | 703.727 | 1.002.829 | 1.242.395 | 1.657.243 | 2.446.822 | 564.061 | 7.629.454 |
| Garantias prestadas e responsabilidades | 321.053 | 602.667 | 795.042 | 1.462.063 | 723.889 | 55.012 | 3.958.926 |
| Total - 2010 | 1.024.780 | 1.605.496 | 2.037.437 | 3.119.306 | 3.169.911 | 619.073 | 11.588.380 |
| Total - 2009 | 886.145 | 1.315.400 | 1.533.984 | 2.396.365 | 1.958.770 | 376.443 | 8.509.198 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836 de 30 de maio de 2001, no montante de R\$ 49.889 (R\$ 52.845 em 2009). O efeito dessas operações no resultado do exercício de 2010 foi de R\$ 589 (R\$ 547 no exercício de 2009). Em 31 de dezembro de 2010 não havia responsabilidades por coobrigações de operações de créditos cedidos. Em 31 de dezembro de 2009, o total das responsabilidades por créditos cedidos com coobrigações montavam R\$ 49.363 para as quais foi registrada provisão para passivo contingente no montante de R\$ 1.653 em 2009, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas. A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

| | Banco e consolidado | | | |
|---|---------------------|-------|------------------------|------------------------------|
| | 2010 | 2009 | % sobre a carteira (1) | % sobre o patrimônio líquido |
| Principal devedor | 229.679 | 1,60 | 7,41 | 7,41 |
| 10 maiores devedores | 1.043.389 | 13,68 | 77,41 | 712.522 |
| 20 maiores devedores | 1.631.085 | 21,38 | 121,01 | 1.167.393 |
| (1) total da carteira sem considerar o saldo de garantias prestadas e responsabilidades | | | | 20,68 |

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, estão assim distribuídos:

| Nível de risco | Banco e consolidado | | | |
|---------------------|---------------------|--------|------------------------|------------------------------|
| | 2010 | 2009 | % sobre a carteira (1) | % sobre o patrimônio líquido |
| Total das operações | | | | |
| Curso normal | 1.108.694 | - | 1.108.694 | - |
| Atraso | - | - | - | - |
| Total | 1.108.694 | - | 1.108.694 | - |
| Res. 2682 | 15.080 | - | 15.080 | - |
| Adicional | 3.134 | - | 3.134 | - |
| Total | 19.092 | - | 19.092 | - |
| AA | - | - | - | - |
| A | 0,5% | - | 0,5% | - |
| B | 1,0% | 617 | 27.469 | 3.134 |
| C | 3,0% | 135 | 594.727 | 17.842 |
| D | 10,0% | 2.856 | 57.122 | 5.712 |
| E | 30,0% | 62.999 | 63.588 | 19.076 |
| F | 50,0% | 9.714 | 10.715 | 5.357 |
| G | 70,0% | 7.222 | 8.957 | 6.270 |
| H | 100,0% | 17.308 | 22.752 | 22.752 |
| Total | 7.617.077 | 12.377 | 7.629.454 | 119.558 |

| Nível de risco | Banco e consolidado | | | |
|---------------------|---------------------|-----------|------------------------|------------------------------|
| | 2009 | 2009 | % sobre a carteira (1) | % sobre o patrimônio líquido |
| Total das operações | | | | |
| Curso normal | 792.243 | - | 792.243 | - |
| Atraso | - | - | - | - |
| Total | 792.243 | - | 792.243 | - |
| Res. 2682 | 9.997 | - | 9.997 | - |
| Adicional | 5.534 | - | 5.534 | - |
| Total | 15.531 | - | 15.531 | - |
| AA | - | - | - | - |
| A | 0,5% | 1.999.403 | 1.999.403 | 9.997 |
| B | 1,0% | 2.007.561 | 2.008.045 | 20.080 |
| C | 3,0% | 614.391 | 614.890 | 18.447 |
| D | 10,0% | 134.362 | 8.748 | 14.311 |
| E | 30,0% | 32.860 | 32.993 | 9.898 |
| F | 50,0% | 9.848 | 2.989 | 12.837 |
| G | 70,0% | 178 | 1.956 | 2.134 |
| H | 100,0% | 11.789 | 27.282 | 39.071 |
| Total | 5.602.635 | 42.091 | 5.644.726 | 119.715 |

Considerando possíveis aumentos nos níveis de risco de crédito em decorrência das incertezas ainda existentes no atual ambiente econômico, foram constituídas, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682. Tais provisões foram concentradas nos níveis de classificação B e C, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

| | Banco e consolidado | | | |
|----------------------|---------------------|---------|----------|----------|
| | 2010 | 2009 | Total | Total |
| Operações de crédito | 106.685 | 20.504 | 127.189 | 105.181 |
| Outros créditos | 39.258 | 5.321 | 44.579 | 54.391 |
| Total | (42.578) | (2.904) | (45.482) | (33.069) |
| Provisão adicional | 100.651 | 23.291 | 123.942 | 127.189 |

Saldos no início do exercício

Constituição

Venda da carteira de empréstimos consignados

Classificados como resultados de exercícios futuros

Créditos compensados como prejuízo

Saldos no final do exercício

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de créditos renegociados é de R\$ 77.719 (R\$ 50.634 em 2009) no Banco e consolidado, sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 42.828 (R\$ 45.575 em 2009). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 10.480 (R\$ 478 em 2009).

9. OUTROS CRÉDITOS

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

| | Banco e consolidado | |
|--|---------------------|----------|
| | 2010 | 2009 |
| Câmbio comprado a liquidar - CCL | 442.800 | 397.397 |
| Provisão sobre variação cambial de CCL | (2) | (143) |
| Direitos sobre vendas de câmbio | 115.579 | 32.146 |
| Adiantamentos recebidos | (94.235) | (16.788) |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC) | 6.612 | 9.462 |
| Total | 470.754 | 422.074 |

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

| | Banco | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------|---------|-------------|---------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Créditos tributários (Nota 23) | 60.297 | 61.774 | 60.807 | 63.093 |
| Devedores por depósitos em garantia | 53.284 | 48.254 | 60.954 | 55.729 |
| Impostos e contribuições a compensar | 31.034 | 11.236 | 31.034 | 11.236 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 72 | 11.779 | 186 | 12.236 |
| Títulos e créditos a receber | 34.901 | 52.899 | 34.901 | 52.899 |
| Valores a receber por venda de ações | 6.730 | 9.391 | 6.730 | 9.391 |
| Outros | 1.582 | 1.125 | 1.614 | 1.159 |
| Total | 187.900 | 196.458 | 196.226 | 205.743 |

10. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo correspondia substancialmente a despesas de comissão pela intermediação de operações de crédito pagas antecipadamente à correspondentes no montante de R\$ 6.091. A apropriação vinha sendo efetuada de acordo com os prazos dos respectivos contratos e apropriada pró-rata dia. Em 31 de dezembro de 2010, devido a venda da carteira de crédito consignado, tais despesas foram totalmente apropriadas.

11. INVESTIMENTOS

| | ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | | ABC BRASIL Administração e Participações Ltda. | |
|-------------------------------------|--|------------|--|--------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Capital social | 49.600 | 55.632 | - | - |
| Patrimônio líquido | 61.609 | 57.301 | - | - |
| Resultado do exercício | 4.248 | 3.350 | - | - |
| Nº de ações ordinárias possuídas | 24.980.054 | - | - | - |
| Nº de ações preferenciais possuídas | 24.980.055 | - | - | - |
| Nº de cotas possuídas | - | 55.631.814 | - | - |
| % de participação | 100,00 | 99,99 | - | - |
| Valor contábil | 61.609 | 57.301 | 118.910 | 31.313 |
| Equivalência patrimonial | 4.248 | 3.350 | 7.598 | 4.584 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram efetuados aumentos de capital no montante de R\$ 30.000 (ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e R\$ 50.000 (ABC Brasil Administração e Participações Ltda.) de forma a adequar o fluxo de caixa dessas empresas para suporte de novos negócios complementares às atividades do grupo.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

| Operações / Partes relacionadas | 2010 | | | 2009 | | |
|---|-----------------|------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|---------------------------------|
| | Grau de relação | Prazos até | Ativo / (Passivo) | Receitas / (Despesas) Exercício | Ativo / (Passivo) | Receitas / (Despesas) Exercício |
| Depósitos à vista | | | | | | |
| - ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda. | Controlada | S/Vencto. | (64) | - | (38) | - |
| - ABC BRASIL Distr. Tít. e Vals. Mobiliários S.A. | Controlada | S/Vencto. | (27) | - | (104) | - |
| - Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda. | Ligada | S/Vencto. | (797) | - | (427) | - |
| | | | (888) | - | (569) | - |
| Depósitos interfinanceiros | | | | | | |
| - ABC BRASIL Distr. Tít. e Vals. Mobiliários S.A. | Controlada | 18/05/2011 | - | (157) | (5.898) | (1.880) |
| Depósitos a prazo | | | | | | |
| - ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda. | Controlada | 19/10/2009 | - | (355) | (1.526) | (153) |
| - Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda. | Ligada | 26/11/2012 | (707) | (70) | (794) | (77) |
| - Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima | Acionista | 26/01/2011 | (3.702) | (42) | (3.860) | (11) |
| | | | (4.409) | (467) | (6.180) | (241) |
| Obrigações por empréstimos | | | | | | |
| - Arab Banking Corporation (ABC) | Controlador | 13/07/2009 | - | - | - | (2.467) |
| Dividendos e juros sobre o capital | | | | | | |
| - Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima | Acionista | 14/01/2011 | (9.347) | - | (8.702) | - |
| Outras obrigações | | | | | | |
| - ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda. | Controlada | 08/01/2011 | (18) | (216) | (17) | (216) |

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 50.877 (R\$ 30.295 em 2009), a qual é considerada benefício de curto prazo.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são demonstrados como segue:

| | 2010 | | 2009 | |
|---|---------|-----------|---------|---------|
| | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ |
| Ativos | 1.073 | 1.788 | 917 | 1.597 |
| Disponibilidades | 52.261 | 87.077 | 111.159 | 193.550 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 53.297 | 88.803 | 44.705 | 77.841 |
| Operações de crédito - Líquido | 538.903 | 897.920 | 296.683 | 516.584 |
| Outros créditos e valores e bens | 4.039 | 6.730 | 2.764 | 4.813 |
| Total | 649.573 | 1.082.318 | 456.228 | 794.385 |
| Passivos | | | | |
| Depósitos à vista | 523 | 871 | 309 | 537 |
| Depósitos a prazo | 140.086 | 233.411 | 117.479 | 204.555 |
| Obrigações por empréstimos no exterior | 527.602 | 879.090 | 396.168 | 689.807 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 35.888 | 59.797 | 9.675 | 16.847 |
| Outras obrigações | 445 | 741 | 1.171 | 2.039 |
| Total | 704.544 | 1.173.910 | 524.802 | 913.785 |

14. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%; veículos, 20%. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

15. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

| | Banco | | | | | Consolidado | |
|----------------------------|----------------|-------------|-----------------|---------------|-----------------|-------------|-----------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | Total | Total | |
| | Sem vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total | Total |
| Depósitos à vista | 183.394 | - | - | - | - | 183.394 | 168.534 |
| Depósitos interfinanceiros | - | 203.314 | 157.967 | 184.328 | 32.651 | 578.260 | 550.498 |
| Depósitos a prazo | - | 844.782 | 750.384 | 536.460 | 43.214 | 2.174.840 | 2.174.840 |
| Outros depósitos | 17 | - | - | - | 17 | 523 | 17 |
| Total - 2010 | 183.411 | 1.048.096 | 908.351 | 720.788 | 75.865 | 2.936.511 | 2.936.419 |
| Total - 2009 | 169.199 | 1.077.602 | 1.106.056 | 609.360 | 68.425 | 3.030.642 | 3.023.076 |

16. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

| | Banco e Consolidado | | | | |
|----------------------------------|---------------------|-------------|-----------------|---------------|-----------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | Total |
| | Sem vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos |
| Letras de crédito Imobiliário | - | 104.214 | 42.502 | - | - |
| Letras de crédito do agronegócio | - | 307.949 | 293.154 | 1.332 | - |
| Letras Financeiras | - | - | - | 7.039 | - |
| Total - 2010 | - | 412.163 | 335.656 | 8.371 | - |
| Total - 2009 | - | 260.751 | 232.705 | 8.343 | - |

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

| | Banco e Consolidado | | | | |
|--|---------------------|-----------------|---------------|-----------------|-------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 | Total |
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total |



ABC BRASIL

ARAB BANKING CORPORATION

BANCO ABC BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 28.195.667/0001-06
www.abcbrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

A apuração da despesa com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é demonstrada a seguir:

| | Banco | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social | 276.445 | 170.443 | 280.935 | 172.308 |
| Encargos totais de imposto de renda e contribuição social | 110.578 | 68.177 | 115.111 | 69.778 |
| Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período | (21.715) | (13.023) | (22.524) | (14.777) |
| Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis | (2.298) | 1.012 | (5.337) | (590) |
| Resultados de participações societárias | (3.039) | (1.834) | - | - |
| Juros sobre o capital próprio (Nota 26b) | (29.042) | (27.428) | (29.042) | (27.428) |
| Efeito Anistia Lei 11.941/2009 | - | (20.342) | (270) | (20.317) |
| Outros valores | (1.490) | (296) | (2.054) | (289) |
| Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes | 52.994 | 6.266 | 55.884 | 6.377 |
| Efeito do imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa | - | - | 514 | - |
| Impostos e contribuições diferidos | | | | |
| Passivos fiscais constituídos no exercício | 22.595 | 2.138 | 22.595 | 2.138 |
| Passivos fiscais realizados no exercício | (2.289) | (56.047) | (2.289) | (56.047) |
| Créditos tributários constituídos no exercício | (63.127) | (68.074) | (62.831) | (66.320) |
| Créditos tributários realizados no exercício | 64.536 | 135.006 | 65.049 | 135.006 |
| Total dos impostos e contribuições diferidos | 21.715 | 13.023 | 22.524 | 14.777 |
| Ajuste de exercícios anteriores | (488) | - | (211) | - |
| Total do resultado de imposto de renda e contribuição social | 74.221 | 19.289 | 78.711 | 21.154 |

24. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos. Programa de Anistia - Receita Federal do Brasil (RFB) - Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei 11.941 de 2009, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pelo Banco. Os principais processos que fizeram parte do programa de anistia foram: **i)** Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, **ii)** Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") sobre receitas financeiras - Lei 9.718/98, **iii)** Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - alíquota de 8%, **iv)** Programa de integração social ("PIS"), **v)** IRPJ - Prejuízo fiscal inexistente e **vi)** Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - Empresa não empregadora. Os valores a pagar referentes aos processos que fizeram parte do programa de anistia encontram-se provisionados e aguardamos posicionamento da Receita Federal para que seja efetuada a liquidação financeira dos mesmos. Detalhamos a seguir as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas possíveis: **IRPJ e CSLL referente à não-tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira:** Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 8.118, cuja chance de perda é considerada possível. **Imposto sobre operações financeiras ("IOF"):** Em 1994, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não se sujeitar ao pagamento de IOF, sobre o contravalor em cruzeiros, da moeda estrangeira ingressada e destinada a empréstimo, para recolhimento em 48 horas após a liquidação dos contratos de câmbio. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância é desfavorável ao Banco, sendo que aguardamos pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito de novo recurso. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R\$ 8.571, cuja perda é considerada possível. **Imposto sobre serviços ("ISS"):** Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2009. Tais valores correspondem a R\$ 8.064 e a perda é considerada possível. **Programa de Integração Social ("PIS"):** Afastar a exigência da contribuição para o PIS calculado com base nas Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, durante o período em que foi recolhida com base na LC 7/70. Em relação ao PIS - EC 10/96 a exigibilidade do crédito tributário encontra-se suspensa por força de decisão favorável em 2ª instância, que confirmou a sentença concessiva da segurança. Já em relação a discussão sobre o PIS - EC 17/97 o crédito tributário relacionado à exigência do PIS calculado sobre a receita bruta operacional está extinto pelo pagamento realizado com as deduções previstas na anistia instituída pela Lei nº 11.941/09, sendo que no que diz respeito ao restante da discussão (anterioridade e irretroatividade), a exigibilidade do crédito tributário encontra-se suspensa por força da sentença concessiva da segurança, aguardando pronunciamento da Tribunal Regional Federal. Tais valores correspondem a R\$ 5.297 e a perda é considerada possível. Existe ainda um processo cuja perda possível é estimada em R\$ 38. **Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2010, o Banco era parte do pólo passivo em 22 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R\$ 1.979. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações. **Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2010, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, figurando como autores e como réus. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis perfazendo um valor total de R\$ 24.012. **a)** ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R\$ 8.209, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância; **b)** ação de anulação da venda de imóvel situado em Recife, envolvendo a controlada ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 2.409. Embora a avaliação de perda possível, a controlada mantém provisão parcial de R\$ 1.345, com base na real expectativa da Administração quanto à eventual perda no processo; **c)** ação envolvendo pedido de anulação de lançamento do débito realizado na conta corrente de empresa avalista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível.

25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC BRASIL S.A. e seus empregados, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente com os funcionários do Banco.

Movimentação das provisões constituídas

| | Banco | | | Consolidado | | |
|------------------------|--------------|---------|--------|--------------|---------|--------|
| | Trabalhistas | Fiscais | Cíveis | Trabalhistas | Fiscais | Cíveis |
| No início do exercício | 810 | 2.768 | 230 | 810 | 3.556 | 1.575 |
| Constituição | 2.045 | 1.968 | - | 2.045 | 1.229 | - |
| Reversão | (290) | - | - | (290) | - | - |
| Baixa | (586) | - | - | (586) | - | - |
| No final do exercício | 1.979 | 4.736 | 230 | 1.979 | 4.785 | 1.575 |

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é representado por 135.644.240 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 67.822.120 ações ordinárias e 67.822.120 ações preferenciais. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram deliberados pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei 9.249/95, os quais são assim resumidos:

| Data da deliberação | Juros sobre o capital próprio | Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social |
|---------------------|-------------------------------|---|
| 31/03/2010 | 17.479 | 6.992 |
| 30/06/2010 | 17.479 | 6.992 |
| 30/09/2010 | 18.823 | 7.529 |
| 30/12/2010 | 18.822 | 7.529 |
| Total - 2010 | 72.603 | 29.042 |
| 31/03/2009 | 17.479 | 6.992 |
| 30/06/2009 | 17.479 | 6.992 |
| 30/09/2009 | 16.134 | 6.453 |
| 31/12/2009 | 17.479 | 6.991 |
| Total - 2009 | 68.571 | 27.428 |

c) Destinação dos lucros: i) Reserva de lucros - equalização de dividendos: Por deliberação dos acionistas, através de Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas. **ii) Reserva de Lucros - recompra de ações:** A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência. **d) Ações em Tesouraria:** Em 24 de julho de 2008, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 4.996.284 ações preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. A aquisição das ações terá por finalidade a permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o artigo 19, alínea "m", do Estatuto Social e Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, alterada pelas Instruções CVM nºs 268, de 13 de novembro de 1997 e 390 de 8 de julho de 2003. O prazo máximo para realização das operações autorizadas será de 365 dias a partir da data da deliberação. Até 31 de dezembro de 2010, foram adquiridas 1.192.801 ações preferenciais, em um montante de R\$ 6.858.

27. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2010 é de 16,04% (14,64% em 2009). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE pela nova forma de cálculo:

| | 2010 | 2009 |
|--|-----------|-----------|
| Risco de crédito | 1.196.237 | 875.806 |
| Taxa de juros | 2.180 | 5.605 |
| Risco operacional | 64.622 | 41.242 |
| Ações | 371 | 298 |
| Patrimônio de Referência Exigido - PRE | 1.263.410 | 922.951 |
| Patrimônio de Referência - PR | 1.841.810 | 1.228.327 |
| Excesso de patrimônio em relação ao limite | 578.400 | 305.376 |

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

29. IMPACTOS NA ADOÇÃO DO IFRS

De acordo com a circular nº 3.516 de 03 de dezembro de 2010 do Banco Central do Brasil, o Banco deverá divulgar até 30 de abril de 2011, demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) para a data base de 31 de dezembro de 2010. Desta forma, para melhor entendimento dos impactos resultantes da adoção do padrão contábil internacional, apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro 2010 e 2009.

| | 2010 | 2009 | |
|---|------------------|------------------|--------|
| Patrimônio líquido em BR Gaap | 1.347.918 | 1.218.441 | |
| Ajustes IFRS líquido dos impostos: | | | |
| Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes | a | 37.883 | 38.314 |
| Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios | b | - | (963) |
| Patrimônio líquido em IFRS | 1.385.801 | 1.255.792 | |
| | 2010 | 2009 | |
| Lucro líquido em BR Gaap | 202.224 | 151.154 | |

Lucro líquido em BR Gaap
Ajustes IFRS líquido dos impostos:
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes
Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios
Outros ajustes

| | | |
|---|----------------|----------------|
| a | (431) | (778) |
| b | 964 | 1.733 |
| | 360 | |
| | 202.757 | 152.469 |

Lucro líquido em IFRS
(a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes: Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão. **(b)** Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios. Segundo orientação do IFRS, na venda de ativos financeiros com retenção dos riscos e benefícios, o ativo objeto deve permanecer registrado no ativo, sendo as receitas decorrentes de tais ativos apropriadas pelo prazo remanescente das operações vendidas. Nestes casos, o valor recebido na venda deve ser registrado no passivo, sendo os custos apropriados pelo prazo remanescente da operação. De acordo com BR GAAP, tais ativos são baixados e o resultado positivo ou negativo apurado na venda deve ser registrado ao resultado do período na data da operação.



A DIRETORIA

CONTADOR: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA CRC-1SP170428/O-5



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria em 8 de fevereiro de 2011, e com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e no diligenciamento e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do **BANCO ABC BRASIL S.A.** referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. O relatório completo datado de 8 de fevereiro de 2011 do Comitê de Auditoria,



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do Banco ABC BRASIL S.A. Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC BRASIL S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras** A Administração do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no BRASIL aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do BRASIL - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC BRASIL S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar

contendo o detalhamento e escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do **BANCO ABC BRASIL S.A. (www.abcbrasil.com.br)** e à disposição dos interessados junto aos representantes de Relação com Investidores.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2011.

O COMITÊ DE AUDITORIA

uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC BRASIL S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. São Paulo, 4 de fevereiro de 2011.



AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC-2SP015199/O-6

EDUARDO WELICHEN
Contador CRC-1SP184050/O-6